

"A GENTE DESMONTA TODA ESSA SITUAÇÃO QUE FOI CRIADA" AFIRMA EX-SECRETÁRIO DE ROSEANA

Publicado em 8 de novembro de 2016 por Minuto Barra



Categoria: [Notícias](#)

MINUTO BARRA

O ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio Trinchão – que comandou a Sefaz durante o governo Roseana Sarney (PMDB) – fez ontem (7) duras críticas ao promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, autor da denúncia que o coloca no centro de um organização criminosa que teria desviado R\$ 410 milhões entre 2009 e 2014.

✘ Em entrevista ao Blog do Gilberto Léda, o ex-auxiliar da peemedebista considerou “surreal” a peça acusatória e condenou a postura do membro do Ministério Público durante entrevista coletiva.

“Ali ele foi promotor e juiz e nós fomos condenados”, declarou. “É estranho esse comportamento, extremamente midiático, e nas peças acusatórias sequer constam os detalhes. Por isso que faço questão que a imprensa acompanhe *pari passu* esse processo, que se aprofunde mesmo, pegue cópia de tudo, olhem os pareceres, olhem tudo, para verificar se foi feita alguma irregularidade, que a í a casa cai, a gente desmonta toda essa situação que foi criada”, completou.

Segundo Trinchão, não há qualquer ilegalidade nas compensações autorizadas pelo governo no período em que ele esteve à frente da Sefaz, porque todas foram feitas após acordos homologados pela Justiça.

“Todas as compensações foram feitas em cima, meramente, de acordos judiciais. Agora imagine: eu, secretário da Fazenda, cai no meu colo uma cópia de um acordo, que eu tenho que cumprir, eu vou fazer o que? Eu tenho que fazer o que está escrito na decisão. E a decisão determinava a compensação. E assim foi feito”, defendeu-se.

Para ele, em todos os casos o Estado obteve vantagem ao autorizar as operações de crédito. “Essas compensações foram extremamente salutares para o Estado do Maranhão. Tinha um precatório de mais de R\$ 100 milhões. Tinha acordo de R\$ 40 milhões, por exemplo. Como é que o Estado iria pagar esses acordos? O Estado iria deixar, então, de investir no social, na educação, na saúde, na segurança, para poder pagar em parcela única? Então, a iniciativa da Procuradoria de tentar fazer acordos para parcelar é certamente a melhor solução para o Estado, sempre foi, porque você alonga o perfil da dívida, sendo absorvido sem impactar nas despesas correntes, inclusive folha”, comentou.

Participação do MP

Durante a entrevista, Cláudio Trinchão também levantou um questionamento sobre a mudança de postura do Ministério Público em relação ao caso.

De acordo com o ex-secretário, o MP acompanhava a consolidação dos acordos judiciais que davam ensejo às compensações e, em alguns casos, emitia pareceres favoráveis.

MINUTO BARRA

Além disso, acrescenta ele, houve um situação em que a Promotoria chegou a desistir de uma ação rescisória para anular um desses acordos.

“Por que o Ministério Público, naquele momento, foi favorável, acompanhou diretamente cada passo, e agora tem outra posição? O Ministério Público não pode ter duas posições, uma lá e outra cá, isso traz uma insegurança jurídica grande. Nós cumprimos aquilo que estava manifestado nos autos. O Ministério Público acompanhava todos os acordos, participou de todos, com pareceres. No caso do Santander, inclusive, desistiu da ação rescisória. Acompanhou cada acordo que foi feito, *pari passu*. É isso que nos traz indignação e o não entendimento do porquê dessa postura agora, se o próprio Ministério Público acompanhou passo a passo as negociações do acordo”, afirmou.

Na visão de Trinchão, ao denunciá-lo – e outras nove pessoas, dentre elas a ex-governadora Roseana – o promotor Paulo Ramos, na verdade, questiona o próprio MP e o Judiciário, que participaram das ações que culminaram com os acordos.

“Ao contrário do que ele diz, a Fazenda não participava, não tinha nem porque participar das discussões, a gente só recebia o acordo feito. Por que o Ministério Público, naquele momento, deu aquiescência, esteve presente, acompanhou passo a passo, e agora tem outra posição? Por que esse representante do MP tem uma posição diferente. Ele está questionando, na realidade, a posição, a postura do Judiciário e do Ministério Público naquele momento, lá atrás. Mais do que a gente, ele está questionando a posição dos pares dele lá atrás, que foram absolutamente convencidos, e questionando as decisões judiciais”.

Filtros

Trinchão também se manifestou a respeito da denúncia de que teria instalado filtros no sistema da Sefaz para encobrir as operações.

“Não há filtro, nunca existiu filtro nenhum. Está tudo lá no sistema. Nós informamos ao Ministério Público em 2013. Eles perguntaram e nós passamos as informações, tanto é que as informações estão no processo”, ressaltou.

Sobre a concessão de regimes especiais a empresas, alvo de uma primeira denúncia por parte do MP, agora reiterada nas duas propostas mais recentemente, o ex-secretário disse que agiu com amparo legal.

“Há uma lei que prescreve a possibilidade de o secretário de Fazenda conceder regimes especiais. Está na lei, lei vigente. Todos os atos praticados foram em prol do Estado, isso a gente prova por A mais B, inclusive na própria defesa. A política que nós adotamos colocou o Maranhão entre os estados com a maior arrecadação, quando não do Nordeste, entre os primeiros do Brasil, o que mostra que a política que nós adotamos de atração de empresas, geração de empregos e fomento

MINUTO BARRA

da cadeia produtiva foi em prol do Estado”, declarou.

Para ele, a adoção dessa política favoreceu a arrecadação estadual. “Foi mostrado por A mais B que durante nossa gestão a arrecadação foi sempre crescente, apesar de pegarmos a crise de 2009 e 2010, que não foi fácil, mas nós sempre nos colocamos entre os maiores crescimentos da Região Nordeste e do Brasil. Nada foi feito de irregular”, concluiu.